

DECRETO MUNICIPAL Nº 004/2024 – 10 DE JANEIRO DE 2024

REGULAMENTA O INSTRUMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO/RS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DINIZ JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Jacuizinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial as contidas no Inc. VI do Art. 63 da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e de contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos municípios, conforme Art. 22, Inc. XXVII, da Constituição Federal;

Considerando que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, os serviços, as compras e as alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas na execução contratual as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, conforme Art. 37, Inc. XXI, da Constituição Federal;

Considerando a edição da Lei Federal Nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com vigência obrigatória em todo território nacional a partir de 31 de dezembro de 2023; e,

Considerando a necessidade de o Poder Executivo Municipal editar regulamento acerca do instrumento auxiliar de credenciamento, em conformidade com o disposto no Art. 78, Inc. I e § 1º, e no Art. 79, da Lei Federal Nº 14.133/2021;

DECRETA

Art. 1º - O Instrumento Auxiliar de Credenciamento para serviços e compras da Administração Direta e Indireta do Município de Jacuizinho obedecerá às normas fixadas neste Decreto.

Art. 2º - O Instrumento Auxiliar de Credenciamento constitui-se em Processo Administrativo de Chamamento Público por meio do qual a Administração Pública do Município de Jacuizinho convocará interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem junto a esta Municipalidade, para executar o objeto, quando solicitado.

Art. 3º - É inexigível a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

Art. 4º - O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Art. 5º - No procedimento de credenciamento serão observadas as seguintes regras:

I - a Administração divulgará e manterá à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do Inc. I do Art. 4º deste Decreto, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, serão adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, a ser fixado no respectivo edital, conforme o tipo de objeto;

III - o edital de chamamento de interessados preverá as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos Incisos I e II do *caput* do Art. 4º deste Decreto, definirá o valor da contratação;

IV - na hipótese do Inc. III do *caput* do Art. 4º deste Decreto, a Administração registrará as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

Art. 6º - Os editais de chamamento público, para fins de credenciamento, serão publicados no Portal Nacional de Compras Públicas (Art. 174, § 2º, III, da Lei Federal Nº 14.133/2021) e no LicitaCon (Art. 2º, da IN Nº 13/2017 do TCE/RS).

Art. 7º - O cadastramento de interessados se dará de forma eletrônica ou presencial, conforme dispuser o respectivo edital de chamamento.

Parágrafo Único - Fica dispensada a gravação em áudio e vídeo do procedimento de cadastramento presencial de interessados.

Art. 8º – O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JACUIZINHO/RS,
aos 10 de janeiro de 2024.

DINIZ JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.
Data supra.

João Miguel Schaefer Fiuza
Secretário Municipal de Administração